

Brasília-DF



DENISE ROTHENBURG
deniserothenburg.df@dabr.com.br

Terra de Murici

Deputados nordestinos do PL, do PP e do Republicanos já avisaram às respectivas direções partidárias que vão cuidar da própria campanha nos estados, sem vinculação com a do presidente Jair Bolsonaro. A ideia dos parlamentares é manter uma certa distância do chefe do Executivo, especialmente nos estados onde Lula apresenta o dobro das intenções de votos de Bolsonaro. A avaliação deles vai na linha do “precisamos sobreviver” e, por isso, vão seguir o “cada um por si”.

No PL, será mais difícil manter esse distanciamento do presidente da República. Afinal, é o partido de Bolsonaro, e o nome dele estará em todo o material de campanha da legenda.



G O M E Z

CURTIDAS

Almoço discreto/ O ministro da Justiça, Anderson Torres, almoçou com o vice-presidente do União Brasil, Antônio Rueda. Perguntado se vai para o partido, Torres apenas sorriu. O ministro não será candidato agora, mas dá todos os sinais de que a política permanece nos seus planos.

Um abrigo para dois/ No União Brasil está Sergio Moro, um dos antecessores de Torres na Justiça e adversário ferrenho do presidente Jair Bolsonaro.



Rueda informa

Meio avesso a entrevistas, o vice-presidente do União Brasil, Antônio Rueda, afirma à coluna que a reivindicação dos deputados para que o partido financie as pré-campanhas não será atendida. “Não prometemos financiar pré-campanha. Não existe financiamento de pré-campanha. Não vou colocar em risco o meu CPF, o do presidente do partido e o da tesoureira financiando algo que não está na legislação eleitoral. Seguiremos estritamente o que está na lei.”

A união das tensões

Ao juntar as apurações das mídias digitais com as investigações sobre os ataques às urnas eletrônicas, o ministro Alexandre de Moraes tenta preparar terreno para ações futuras. No plano político, já tem muita gente interessada em montar estratégia para o caso de o presidente Jair Bolsonaro continuar atacando as urnas com o objetivo de elaborar uma narrativa que lhe permita rejeitar um resultado eleitoral desfavorável à reeleição. Daqui até outubro, ninguém terá tranquilidade.

Saída honrosa

Congresso e Supremo Tribunal Federal tentam encontrar um meio para resolver o caso Daniel Silveira (PTB-RJ) e, ao mesmo tempo, não desmoralizar instituições. As avaliações até aqui são de que a Corte não tem como desfazer o perdão concedido por Jair Bolsonaro ao deputado. O jeito, dizem alguns, é jogar o assunto para resolução no Parlamento.

Por falar em Parlamento...

O presidente da Câmara, Arthur Lira, deixou o assunto Daniel Silveira em “banho-maria” e não pretende tirar desse fogo brando tão cedo.

E a terceira via, hein?

A bancada do PSDB deu carta branca ao presidente do partido, Bruno Araújo, para que negocie uma candidatura única. Só tem um probleminha: João Doria não abrirá mão da disputa para apoiar Simone Tebet, do MDB. A senadora, por sua vez, já declarou que não será candidata a vice de ninguém. Logo, a “carta branca” da bancada tucana e nada são quase a mesma coisa.

Sai daí rapidinho I/ Afastado da direção partidária há tempos, o ex-ministro da Casa Civil José Dirceu (foto) não tem carta branca do pré-candidato Lula para negociar apoios. No comando petista, há quem diga que Dirceu age por conta própria.

Sai daí rapidinho II/ Desde os tempos do mensalão, quando o presidente do PTB, Roberto Jefferson, fez apelos para que Dirceu saísse do Planalto para não atrapalhar o então presidente Lula e usou a expressão “sai daí rapidinho”, o ex-ministro perdeu a ribalta. Mas nunca a influência na base do PT. Agora, nesta eleição em que Lula concorrerá pela última vez, o comando do partido não quer ruído.

CONGRESSO

Novo limite de idade para o Judiciário

Senado aprova proposta que permite a indicação de ministros de até 70 anos para vagas em tribunais. Texto vai à promulgação

» RAPHAEL FELICE

O Senado aprovou, ontem, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 32/2021, que eleva de 65 anos para 70 anos a idade máxima para indicação de ministros do Judiciário em âmbitos federal e regional. O texto foi avalizado por 60 votos, no primeiro turno, e por 59, no segundo. Não houve votos em contrário. A PEC, agora, vai

para promulgação do Congresso.

A alteração vale para a escolha e nomeação de ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), do Superior Tribunal de Justiça (STJ), dos Tribunais Regionais Federais, do Tribunal Superior do Trabalho (TST), dos Tribunais Regionais do Trabalho (TRTs), do Tribunal de Contas da União (TCU) e para ministros civis do Superior Tribunal Militar (STM). Na prática, a proposta faz um

ajuste à chamada PEC da Bengala (Emenda Constitucional 88/2015), promulgada em 2015. A norma elevou a validade para aposentadoria compulsória de 70 anos para 75 anos, mas não modificou a idade máxima de indicação e nomeação de magistrados aos tribunais superiores, tribunais regionais e STE.

“Com a eventual aprovação da PEC, os profissionais capacitados e experientes que têm entre

65 e 70 anos de idade tornam-se aptos à indicação para cargos de grande relevância, que podem ser exercidos, em tese, no limite máximo da idade, por mais 5 anos, até a aposentadoria compulsória, aos 75 anos de idade, circunstância que atesta o elevado mérito da proposição e retoma a lógica existente no texto original da Constituição”, defendeu, em seu parecer, o senador Weverton (PDT-MA), relator da proposta.

A PEC avançou na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado na última quarta-feira e seguiu rapidamente ao plenário. Os senadores apreciaram a matéria sem novas discussões. Segundo o relator, a proposta “é uma matéria simples, apenas um ajuste na Constituição”.

O texto teve origem na Câmara dos Deputados, por iniciativa do deputado federal Cacá Leão (PP-BA).

60

Número de votos no 1º turno

59

Quantidade de votos no 2º turno

JARDINS E PISCINAS

11 MIL M² DE LAZER E PRAZER